



2439 - Pôster - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 06 - Formação de Professores

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E O CURRÍCULO: UM ELO DE TRANSFORMAÇÃO PARA ALÉM DOS CONTEÚDOS OBRIGATÓRIOS

Gislaine Aparecida de Matos - UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense

Este artigo busca refletir sobre a Formação continuada e importância do currículo para a transformação da prática docente, compreendida neste processo como possibilidade de abordagem para além de conteúdos obrigatórios. Nesse sentido, compreende-se que, são nestes espaços de formação que os educadores poderão rever sua prática, através de estudos, pesquisas, trocas de experiências e momentos que instiguem a reflexão sobre a prática docente. Essa discussão parte de resultados preliminares da pesquisa de dissertação sobre Formação continuada para professores de 4º e 5º ano no município de Lages/SC, tendo como base os estudos de Freire (1998), Silva (2002), Oliveira (2005), assim como alguns documentos que regem a educação: Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996. O estudo apresentado se dá por meio de pesquisa documental. Este texto compreende reflexões que contemplam a Formação continuada de professores e o currículo em uma perspectiva para além de conteúdos obrigatórios.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E O CURRÍCULO: UM ELO DE TRANSFORMAÇÃO PARA ALÉM DOS CONTEÚDOS OBRIGATÓRIOS

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre a Formação continuada e importância do currículo para a transformação da prática docente, compreendida neste processo como possibilidade de abordagem para além de conteúdos obrigatórios. Nesse sentido, compreende-se que, são nestes espaços de formação que os educadores poderão rever sua prática, através de estudos, pesquisas, trocas de experiências e momentos que instiguem a reflexão sobre a prática docente. Essa discussão parte de resultados preliminares da pesquisa de dissertação sobre Formação continuada para professores de 4º e 5º ano no município de Lages/SC, tendo como base os estudos de Freire (1998), Silva (2002), Oliveira (2005), assim como alguns documentos que regem a educação: Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996. O estudo apresentado se dá por meio de pesquisa documental. Este texto compreende reflexões que contemplam a Formação continuada de professores e o currículo em uma perspectiva para além de conteúdos obrigatórios.

PALAVRAS-CHAVE: Formação continuada de professores. Currículo. Conteúdos obrigatórios. Prática docente.

Formação continuada: um espaço aberto para a transformação da prática docente

A Formação continuada é essencial para proporcionar ao professor suporte quanto à sua prática diária, dessa forma, subentende-se que o espaço da formação é o lócus provedor de troca de experiências, respaldado em estudos e diálogos relacionados às angústias docentes.

Todo o educador deve criar expectativas quanto à aprendizagem de seus estudantes, isso se faz necessário para que o mesmo esteja sempre em movimento. Esta busca constante se torna cada vez mais frequente e as pesquisas e práticas podem ser transformadas em prol da superação das expectativas pedagógicas. Freire (1998, p. 43-44) afirma que,

[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática.

É fundamental que a Formação continuada aqui entendida por Freire (1998) como formação permanente, tenha participação essencial nesta trajetória, todo o educador precisa buscar e inovar conceitos e ações para que atenda as expectativas e currículos, porém, de uma forma que consiga proporcionar o conhecimento real aos sujeitos que estão no espaço escolar.

As escolas são lócus sociais e sendo assim, é preciso desmistificar o âmbito escolar como mero espaço para o aprendizado mecânico. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, no artigo 32, inciso I ao IV, o ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, garante o direito à formação básica do cidadão que vai além do domínio da leitura, escrita e do cálculo, abrange aspectos de desenvolvimento cognitivo e também social que perpassam currículos e conteúdos obrigatórios para a formação integral. Afirma ainda que, a aquisição de conhecimentos e habilidades precisa estar aliada às questões sociais, políticas e tecnológicas, bem como, valores e vivências dos sujeitos envolvidos, considerando seus saberes formados nos vínculos familiares e aprendizados em meio ao seu convívio em sociedade.

Formação continuada: reflexões sob o olhar do currículo escolar

No processo da Formação continuada, o currículo se faz presente já que aborda conhecimentos que serão colocados em prática na sala de aula. Ao conceituar currículo, trazemos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica que ressaltam:

[...] toda política curricular é uma política cultural, pois o currículo é fruto de uma seleção e produção de saberes: campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre pessoas concretas, concepções de conhecimento e aprendizagem, formas de imaginar e perceber o mundo. Assim, as políticas curriculares não se resumem apenas a propostas e práticas enquanto documentos escritos, mas incluem os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplas singularidades no corpo social da educação (BRASIL, p.24, 2013).

Mais adiante no texto composto pelas Diretrizes, Lopes (2014) é citado para complementar o pensamento sobre as práticas e propostas desenvolvidas nas escolas que também são produtoras de sentidos para as políticas curriculares. Sendo assim, quando se pensa em educação as limitações são construídas quando a compreensão de currículo se volta apenas para o currículo formal.

Ainda reitera “o entendimento de que currículo é o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais dos estudantes” (BRASIL, p.27, 2013).

Currículo não condiz somente ao campo formal de conhecimentos, vai além de componentes curriculares abordados por meio de disciplinas e neste contexto, a Formação continuada precisa estar imbuída de um mesmo propósito, por meio de diálogos, troca de experiências com trabalho coletivo que proporcionem formação e transformação da prática docente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais elucidam ainda que:

Os processos de formação continuada poderão ser realizados por meio da oferta de oficinas, cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento e especialização, presenciais e a distância, que correspondam às principais demandas de formação dos professores. Tais cursos inserirão em seus currículos os temas apontados nestas Diretrizes (BRASIL, p.452, 2013).

A citação acima faz referência à Formação continuada e reafirma a proposta deste estudo quando explicita a importância do currículo evidenciando que, estes cursos precisam ser considerados como espaço que visem encontros de professores pensantes sobre sua prática, e não somente um lugar para debater conhecimentos que demandam nas disciplinas curriculares a serem trabalhados no período letivo.

Tomaz Tadeu da Silva em sua obra intitulada, “Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo” aborda questões essenciais para a compreensão deste documento, entendendo que as teorias que compõe o currículo devem estar ativamente envolvidas com a prática, garantindo este consenso no campo epistemológico social. Silva (2002) faz uma abordagem sobre algumas teorias do currículo que foram identificadas ao longo da trajetória educacional, o autor traz considerações com base em alguns estudos de Freire (1970); Althusser (1970); Bourdieu e Passeron (1970); Baudelot e Estable (1971); Berstein (1971); Young(1971); Bowles e Gintis (1976); Pinar e Grumet (1976); Apple (1979).

O referido autor atenta para um olhar crítico sobre o currículo de forma a refletir as teorias que envolveram a educação por meio de ideologias implantadas nas escolas pelo poder dominante que algumas consciências constroem sobre o outro. A consciência em sua formação, para Silva (2002) é determinada pela “gramática social do currículo”, pois, reproduzem formas representativas através das relações sociais, assim, as diferentes classes se formam por meio de códigos que caracterizam a formação da consciência dominante e a consciência dominada.

Portanto, os referidos autores citados por Tomaz Tadeu da Silva levam a refletir sobre esses conhecimentos que envolvem o currículo, suas divisões e a quem são destinados. Nesse sentido, Silva (2002, p. 148) entende que: “Com a noção de que o currículo é uma construção social aprendemos que a pergunta importante não é ‘quais conhecimentos são válidos?’ , mas, sim ‘quais conhecimentos são considerados válidos?’”. Compreender a participação do currículo para a Formação continuada de professores implica na constituição do mesmo e estende a compreensão sobre os conhecimentos que são considerados importantes, porém, o que podemos refletir são as formas como tais conhecimentos são selecionados.

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais os conteúdos trabalhados em sala de aula compõe o currículo, sendo assim: “Os conteúdos sistematizados que fazem parte do currículo são denominados componentes curriculares, os quais, por sua vez, se articulam às áreas de conhecimento, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas” (BRASIL, p. 114, 2013).

Ainda nas DCNs podemos contemplar as abordagens às políticas de formação dos profissionais da educação e sua função de criar e promover condições de avanços e melhor desempenho das escolas mediante a ação de todos os sujeitos. A Formação continuada é um dos fatores que necessita de atenção quanto a sua aplicabilidade e benefícios que podem construir ao trabalho docente.

Na colocação acima, observa-se que os componentes curriculares são uma das partes que compõe o currículo, ou seja, este vai além de conteúdos disciplinares, expandindo sua concepção. É necessário compreender que os conhecimentos básicos e obrigatórios que fazem parte dos conteúdos que estão ligados às disciplinas, também fazem parte do contexto social, dessa forma a compreensão de currículo envolve também a formação integral do sujeito e do espaço em que está inserido.

A Formação continuada é necessária para compor locais de encontros em que docentes consigam refletir sobre sua prática não somente relacionada a conteúdos, mas que compreenda o currículo como o todo que forma o espaço escolar. Para Oliveira (2005) é importante considerar,

[...] os diferentes espaços/tempos de formação e alguns dos modos como a prática cotidiana e a reflexão sobre ela, as aprendizagens formais ou não, representam instâncias diversas de autoformação e de formação continuada, assumindo ou potencializando diferentes currículos praticados tanto na formação quanto no cotidiano do exercício da docência (OLIVEIRA, 2005, p. 43).

O espaço da Formação Continuada de professores faz parte deste processo e constitui-se como possibilidade de despertar questionamentos por parte do educador com relação à sua prática. Atentar para a ação em sala de aula leva a reflexão sobre a forma de abordagem dos conteúdos, refletir sobre o fazer é importante para perceber se a prática está condicionada a somente repassar ou reproduzir, dessa forma, possibilita ampliar olhares e desconstruir alguns conceitos com relação a currículo e sala de aula.

As escolas, mais especificamente, os profissionais da educação e, principalmente os professores, precisam deste apoio que proporcione o despertar de fato para a sua ação. É preciso ter a consciência que, os cursos de formação não devem ser vistos como algo obrigatório para cumprir regras que o sistema educacional impõe, a clareza sobre a importância da busca contínua e o respaldo que o professor pode ter se faz necessário para subsidiar o cotidiano da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: 07 nov. 2017. Acesso em: 29 de abril 2018 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

_____. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 13 de julho de 2010. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824, 2010.

OLIVEIRA, Inês B. Criação curricular, autoformação e formação continuada no cotidiano escolar. In: FERRAÇO, C. E. (org.) **Cotidiano escolar, formação de professores(as) e currículo**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: **uma introdução às teorias do currículo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

